

Com quantas palavras se faz uma revolta?

cultura política e escritos sediciosos na América portuguesa, séculos XVI-XVIII

Luciano Figueiredo

Departamento de História. UFF

1. Diante do crescimento dos estudos sobre as rebeliões com um número considerável de eventos identificados é possível recolher os registros escritos em que os rebeldes expressavam suas demandas e justificavam suas atitudes.

Esta comunicação apresenta o site “Impressões Rebeldes: documentos e palavras que forjaram os protestos no Brasil” (historia.uff.br/ciadasindias/impressoesrebeldes) desenvolvido no âmbito da Companhia das Índias da UFF, que apresenta conteúdo com fontes recolhidas em arquivos, análise, ferramentas e material crítico elaborado por pesquisadores especializados. Conta ainda com a colaboração de estudantes de graduação e pós-graduação.

Os documentos expostos aparecem relacionados de uma maneira peculiar às rebeliões: aqueles escritos pelos amotinados e empregados como instrumentos de mobilização e legitimação do protesto. Dentre eles encontram-se súplicas e queixas, abaixo-assinados, termos com reivindicações, capítulos, tratados de paz, orações em forma de paródias - como pai-nossos e ave-marias -, proclamações, poemas, sátiras e pasquins, etc.

Assim como esses tipos de documento obedecem a um padrão muito próximo, uma vez que estão inscritos na cultura letrada do Antigo Regime, a natureza dos discursos também conhece certa regularidade. Neste sentido a pesquisa analisa as fórmulas textuais que compõem essas narrativas, associando-as aos traços da cultura política da época moderna em que os súditos dialogam intensamente com a figura real ao redor das noções de bem comum.

2. Hoje podemos considerar que grande parte das revoltas já se encontra mapeada e, em linhas gerais, são conhecidos suas características. Em vista disso parece necessário

avancar no nível de análise desses processos, razão que justifica a presente proposta.

Em tese de doutorado apresentada a Universidade de São Paulo em 1996, *Revoltas, fiscalidade e identidade na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1641-1761*, empreendemos ampla investigação sobre as tensões de natureza financeira na qual convencemo-nos da importância de se refletir sobre os processos de mobilização popular que reúnem grande parte dos setores sociais no enfrentamento de autoridades régias instaladas na colônia.

O “motim popular” – em suas infinitas designações deitadas pela escrita coeva: “alteração”, “alvorço”, “revolução”, “revolta formal”, e outras – era iniciativa que, sabe-se, implicava extremo risco, como advertiu um experiente analista: “nenhuma empresa é mais temerária e perigosa para os cidadãos [que as conspirações], pois só oferece perigos e dificuldades, sob todos os aspectos.”. Maquiavel não falava apenas do risco de punição que rondava aqueles que desafiavam a autoridade do rei, mas igualmente do perigo do descontrole social. Afinal, quando da mobilização de amplos contingentes da sociedade colonial, fluida e com larga presença de escravos e homens livres e pobres, corria-se permanentemente o risco de desordem.

Diante disto, o que então levaria súditos fiéis e devotados ao seu rei generalizarem no mundo colonial essa prática política? A ousadia dos súditos se insurgirem recorrentemente, os discursos e formulações com que buscam, em um desespero incontido, legitimar tal gesto e os efeitos na cultura política metropolitana descortinam dimensões ainda pouco elucidadas no que se refere às condições políticas em regiões coloniais.

As rebeliões constituem, neste sentido, episódios históricos férteis de lições e de sentidos, malgrado algumas delas tenham tido a duração de uma tarde ou uns poucos dias. Nem por isso deixam de oferecerem aos intérpretes um sem-número de caminhos através dos quais se pode vislumbrar modos de negociação, equilíbrios sociais, noções sobre o papel do soberano e seus administradores, concepções sobre o direito dos vassallos ultramarinos e, mesmo, impressões sobre os desgastes na implantação da política colonizadora. Tudo isto se entreabre enquanto os atores das insurreições gritam pelas ruas, redigem requerimentos, vandalizam residências, apelam ao soberano com desesperação e, do outro lado do Atlântico, ministros e

cortesãos assombrados percorrem as formulações jurídico-políticas a respeito do governo monárquico e esgrimam afinado pragmatismo para domar os inquietos súditos ultramarinos.

3. A busca dos registros a respeito dessas rebeliões deverá centrar-se na documentação impressa, especialmente na volumosa produção sempre esquecida formada pelos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Anais de Bibliotecas e Arquivos estaduais, e nos índices e inventários descritivos que acompanham a volumosa documentação digitalizada pelo projeto *Resgate*, garante vantagens em um tipo de trabalho voltado para distintas regiões coloniais.

O guia central para orientar os primeiros passos dessa busca é formado pela consulta à obras que relacionam de maneira bastante completo o conjunto das rebeliões coloniais. Refiro-me especialmente ao *Dicionário brasileiro de datas históricas*, de José Teixeira de OLIVEIRA (Belo Horizonte, Itatiaia, 1992), *Dicionário das batalhas brasileiras*, de Hernani Donato (Rio de Janeiro, Bibliex, 2001) e *Efemérides Brasileiras*, do barão do Rio Branco (Brasília, Senado federal, 1999).

4. Ao lado das generalizações com que o tema das rebeliões coloniais foi com frequência abordado, uma das idéias-força fundamentais em torno das revoltas é a do “nativismo”. Não há dúvidas de que sob essa qualificação consagrada encontrou-se de forma acabada e persistente o melhor enquadramento desse objeto até hoje. Sob a designação de “movimentos nativistas” o discurso histórico cristalizou uma perspectiva sobre os protestos coloniais onde estaria presente o germe do espírito nacional.

Este parece ter sido o tratamento que as revoltas coloniais receberam da historiografia, oscilando entre a desqualificação com fortes projeções nacionalistas sob a pecha de “nativismo” e a uniformização empobrecedora das possibilidades de análise com a marginalização de conflitos envolvendo contingentes sociais excluídos. Em determinada passagem de sua obra Capistrano de Abreu deixou registrado: “Até hoje, só têm triunfado no Brasil movimentos improvisados, que dispensam longas

combinações e prodigalidades cerebrais”.

A historiografia brasileira viveu enormes dificuldades em se desprender desse paradigma em que, conforme provoca Rogério Forastieri em seu *Colônia e Nativismo*, “O tema parece estar em toda parte e não estar em lugar algum...”.

Sérgio Buarque de Holanda oferece uma amostra das dimensões desse impasse, revelando certa incapacidade em qualificar apropriadamente aquelas revoltas e distingui-las dos protestos mais tardios, em passagem onde trata dos limites do nacionalismo no interior da realidade colonial: “Não parece fácil determinar a época em que os habitantes da América lusitana, dispersos pela distância, pela dificuldade de comunicação, pela mútua ignorância, pela diversidade, não raro, de interesses locais, começam a sentir-se unidos por vínculos mais fortes do que todos os contrastes ou indiferenças que os separam, e a querer associar esse sentimento ao desejo de emancipação política. No Brasil, as duas aspirações - a da independência e a da unidade - não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas. As sublevações e as conjuras nativistas são invariavelmente manifestações desconexas de antipatia que, desde o século XVI, opõe muitas vezes o português da Europa e o do Novo Mundo. E mesmo onde se aguça a antipatia, chegando a tomar o colorido sedicioso, com a influência dos princípios franceses ou do exemplo da América inglesa, nada prova que tenda a superar os simples âmbitos regionais”.

De outra parte, Caio Prado Jr. não deixaria de reforçar a negligência com relação a esses protestos, antes contudo elaborando uma crítica contundente a respeito das armadilhas que ameaçam àqueles que se dedicam ao tema das contestações coloniais. Em seu *Formação do Brasil contemporâneo* adverte que o historiador, ao “ocupar-se dela [da reação contrária ao sistema colonial] , enfrenta o risco de tratar o assunto anacronicamente, isto é, conhecedor que é da fase posterior, em que ocorre o seu desenlace, em que ela se define, projetar esta fase do passado. O que não raro tem sido feito”. Julga essa atitude como um “simplismo lamentável” pois, “não somente restringe consideravelmente o objeto da pesquisa, como a desvia de seu verdadeiro sentido”

Em trabalho recente sobre o tema Laura de Mello e Souza constatou: “A recorrência dos motins não chegou a sensibilizar a maior parte dos historiadores”.

Assim, apesar de se reconhecer que a apreensão do revisionismo marxista contribuiu para o vigor das reflexões historiográficas dos anos 60-70 a respeito das lutas sociais uma vez que “*também no Brasil os movimentos sociais foram se emancipando do campo das teorias da revolução, que os mantiveram, durante algum tempo, subordinados a fins e objetivos alheios a sua própria constituição e deflagração*”, as revoltas anteriores ao contexto da ilustração e da crise do sistema permaneceram carentes de um estatuto melhor definido.

Assim, o tema das revoltas coloniais esteve quase sempre mergulhado em projeções, ora afogado nas interpretações nativistas, ora servindo a perspectivas desqualificadoras. De um modo ou de outro os protestos sociais na América portuguesa estiveram distantes de um tratamento historiográfico adequado. Partiria do historiador A.J.R. Russell-Wood um dos primeiros esforços de investigação dessas revoltas coloniais a partir do reconhecimento de determinadas circunstâncias conjunturais da política colonial. Na análise desse autor ocupa lugar de destaque a mudança na política colonial portuguesa após a descoberta de minérios no interior do Brasil. Em decorrência desse fenômeno - aliado à expansão do tabaco no recôncavo baiano e, no plano externo, ao declínio do poder português no oriente - assiste-se a um enrijecimento nos termos da colonização brasileira através de inúmeras medidas de intervenção e intensificação do controle.

Porém, dentre os estudos recentes, cabe a Evaldo Cabral de Mello com *A fronda dos mazombos*, sobre as alterações de Pernambuco, a melhor análise sobre o fenômeno. Ao perscrutar as dimensões objetivas da colonização na região pernambucana, resgatando minuciosamente as relações conflituosas entre setores econômicos locais, a atuação da igreja e das ordens e as articulações com a corte e com o poder real, oferece tratamento exemplar ao assunto. Ultrapassa na historiografia brasileira, a partir do estudo de caso, a desqualificação que padeciam as contestações na América portuguesa, marginalizadas em razão das contestações do final do século XVIII objeto de uma produção que, como salientou o próprio autor, “eclipsou historiograficamente a crise precursora dos primeiros anos do século XVIII...”

No plano dos estudos recortados pelas regiões destaca-se ainda o livro de

Carla Anastasia, enfocando a trajetória dos protestos em Minas, região onde este fenômeno apresentou especial intensidade (sobretudo se levado em conta a cronologia restrita ao século XVIII), Em *Vassalos Rebeldes*, sob nítida influência de E.P. Thompson, recorta as revoltas entre as dois diferentes tipos de atuação (embora existam tipos mistos). Aquelas definidas “dentro das regras do jogo colonial” uma vez que o protesto toma como base noções de direito e de tradições de grupo que atribuem legitimidade às ações. Entre os motins setecentistas mineiros deste tipo estariam os protestos contra as autoridades (governadores, ouvidores) que para os grupos sociais quebravam direitos considerados tradicionais como o acesso às datas minerais e o pagamento do quinto de acordo com as formas de arrecadação tradicionais.. Por outro lado as que são referidas “às formas políticas coloniais” alinham-se as contestações que recusam os termos inerentes às relações entre colônia e metrópole. Estariam aí lembradas sobretudo as revoltas de escravos e de contingentes populares socialmente radicais como mamelucos, mulatos e índios.

Outra tentativa que também se detém no caso das Minas setecentistas encontramos em Laura de Mello e Souza. Aqui combinou-se uma classificação que considera os principais focos de tensão da região (vadios, negros e índios), os diferentes contornos que assumiram os protestos e a concepção que a elite elabora a respeito. Considerando de maneira indiferenciada o caudal de insatisfação e mesmo a tradição de protestos na região, distingue o período de sedições que conhece a aparência de revoltas “informais”.

Se as renovações tem sido importantes, embora tímidas perante a intensidade com que ocorreram as contestações, perspectivas vêm se abrindo com as reflexões encetadas pela recente historiografia portuguesa dedicada a rever os pressupostos ordenadores do Antigo Regime em Portugal. Esta história tem redefinido o sentido cultura política, dos discursos políticos, do Direito, e defendido o peso do corporativismo nos equilíbrios sociais, assim como os paradigmas e as concepções que definem o governo real, a sacralidade da realeza e o corpo místico da nação. A perda da centralidade do Estado absolutista, suplantado nas interpretações recentes por uma miríade de “poderes”, ampliou decisivamente as perspectivas de se discutir as contestações e resistências que consumiram o Antigo Regime.

Elemento freqüentemente resgatado nas resistências sob o Antigo Regime, o Direito e a Justiça que, em última análise, legitimavam o “bom governo”, se prestavam também como instrumento de acusação contra os tiranos e todos que estivessem a governar de forma despótica. Formulador desta tese, avalia Hespanha que “as ‘revoluções’ das sociedades tradicionais de Antigo Regime tenham sempre um caráter orgânico e conservador e, no plano do seu discurso legitimador, um tom jurisdicista muito marcado.”

5. As etapas de pesquisa percorridas para a construção do site são:

Identificação das revoltas coloniais com base na bibliografia que cuidadosamente já elencou este tipo de movimento social. Será produzida uma lista completa com as rebeliões coloniais e seus dados (data, região, motivações), inclusive uma relação da bibliografia disponível.

Coleta, identificação e ordenação dos papéis sediciosos a partir da pesquisa nos catálogos e inventários de arquivos e bibliotecas, obras com fontes impressas, livros, etc. A seguir cuidaremos da pesquisa em fontes originais nos arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro. Esse conjunto será reproduzido a fim de formar a matriz básica do material de trabalho.

Análise da bibliografia nacional e internacional a respeito do tema. Nesse material serão buscadas referências para compreensão da natureza das lutas políticas no Antigo Regime, a função da escrita e dos papéis que circulavam durante o protesto assim como conhecer os fundamentos que regem as revoltas na Europa e na América portuguesa. A bibliografia recente devotada ao protesto escravo, rebeliões indígenas e outras formas de resistência será examinada, primeiramente a fim de se buscar evidências empíricas que permitam-nos construir nosso quadro de referências. Da mesma forma, estudos tradicionais com forte concentração de informações empíricas, geralmente demarcados regionalmente, serão aproveitados como objeto de busca da ocorrência de revoltas e, ainda, como instrumento para a reconstituição das circunstâncias e evolução dos movimentos. Desta fase resultará a cartografia dos protestos na qual estaremos especialmente atentos à região em que transcorrem e à sua época.

Análise e identificação da legislação, uma vez que o Estado procurou conter a emissão e circulação de papéis sediciosos na América.

Definição das principais tópicos presentes nos discursos desses papéis. A base da linguagem que os rebeldes ativam está amparada nas categorias políticas que regulavam o equilíbrio sob as monarquias. Genericamente ali os reis deveriam ser justos e os súditos fiéis e obedientes sob um pacto regulado pelo respeito ao bem comum. Os discursos, nos instantes de crise que empurravam os súditos coloniais para as ruas, reiteravam quase sempre fidelidade combinada com uma situação de opressão. Todo um inventário de argumentos é mobilizado: empenho de “sangue, vida e fazendas”, ruína generalizada, violências ao patrimônio, distância do Rei, etc... Tentaremos ampliar ao máximo essas referências.

Fatores de descontentamento sócio-econômicos serão cuidadosamente organizados e descritos na medida que, tanto representam as motivações que tornarão específicas as revoltas, quanto são eles que servirão de base para a elaboração dos discursos com os quais os amotinados buscaram justificar a legitimidade da opção pelo protesto coletivo. Embora seja precipitado antecipar tais fatores de descontentamento sabe-se que a inquietação dos colonos esteve freqüentemente provocada pelas restrições do monopólio comercial, excesso da fiscalidade régia, concentração de poder das autoridades reais, ameaças ao cativo indígena, atraso no pagamento das tropas de defesa, açambarcamento de gêneros básicos, e muitos outros.

Análise dos discursos políticos deverá ter lugar com base na interpretação dos enunciados emitidos na vasta documentação que produziam as ocasiões das insurreições coloniais. Assim, as transcrições de fontes primárias e secundárias, tais como os “capítulos” redigidos pelos líderes das revoltas, narrativas contemporâneas, manifestos, representações merecerão leitura em busca da interpretação dos debates e dos discursos políticos enunciados pelos moradores ultramarinos (escravos, comerciantes, senhores de terras, oficiais mecânicos,...)

Definição da práticas políticas e da composição das revoltas, que tomarão como base o mesmo material documental descrito acima. Através das descrições recolhidas empreenderemos a reconstituição dos passos destas revoltas, atentos à

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARÁ

aspectos tais como a mobilização da multidão, os tipos de violência, os rituais encenados pelos partícipes, a forma de encaminhamento das demandas, as negociações, além de dedicarmos especial atenção aos grupos sociais presentes e aos papéis estabelecidos entre eles. Atento estaremos também à ação metropolitana no que tange à repressão e pacificação.

Divulgação pública dos resultados. A ferramenta utilizada ao longo do projeto será o WordPress, que permite elaboração de uma base de dados, que pode ser compartilhada com múltiplos colaboradores, facilitando o desenvolvimento e acesso em cada etapa do processo. Além de facilitador, tal ferramenta permite que se visualizem possibilidades na internet, dado que o projeto pretende disponibilizar as fichas e os documentos a demais pesquisadores e interessados.